

Secretaria da Receita Federal do Brasil

**Audiência Pública – Procedimentos adotados
pela Fazenda Nacional e os órgãos de controle
para inibir a sonegação fiscal e recuperar
receitas públicas**

Auditor-Fiscal Carlos Roberto Occaso
Subsecretário de Arrecadação e Atendimento
da Receita Federal do Brasil

Pontos fortes da gestão e da atuação da RFB

- ▶ **Uso intensivo de tecnologia**
- ▶ **Declaração do crédito tributário pelo contribuinte**
- ▶ **Declarações entregues pela internet**
 - ▶ 80.095.691 declarações transmitidas em 2015
 - ▶ 30,8 milhões de declarações de pessoas físicas
- ▶ **Sistema de seleção e auditoria de contribuintes**
 - ▶ Data Warehouse Corporativo
 - ▶ Auditoria digital
 - ▶ 24.385.732 arquivos de escrituração fiscal digital (SPED)

Regime de Tributação e declarações apresentadas

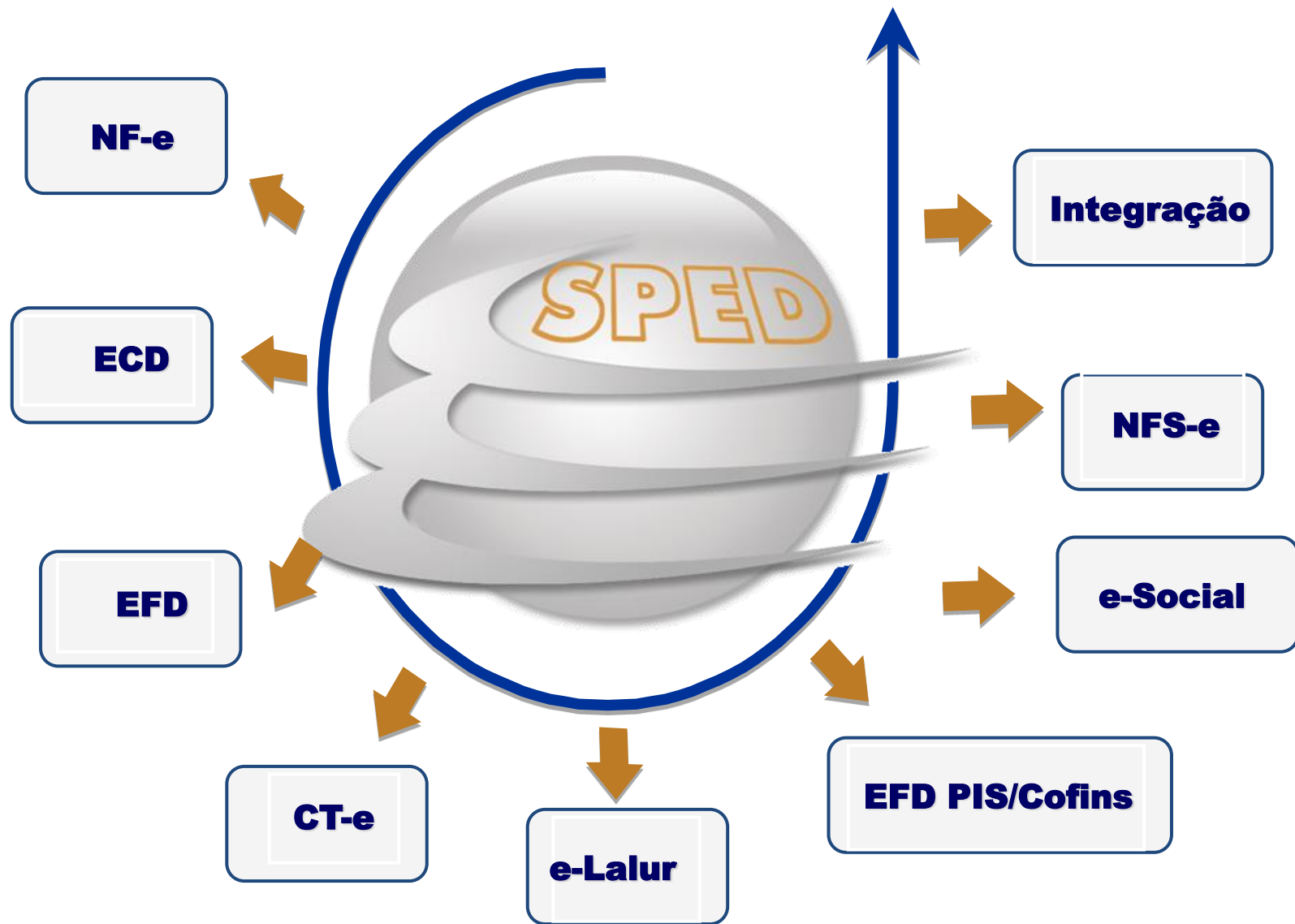


Tributação	Quantidade
Micro empreendedor Individual	6.549.334
Optantes pelo Simples	4.910.430
Optantes Lucro Presumido	1.724.551
Imunes e Isenta IRPJ	359.627
Optantes Lucro Real	184.765
Optantes Lucro Arbitrado	1.203
Total	13.729.910

Tipo de declaração	Quantidade
Declaração do PIS e da Cofins	59.824
DCTF – Declaração de tributos da Pessoa Jurídica	13.460.577
Dirf – Imposto Retido na Fonte	2.846.917
ITR – Imposto Territorial Rural	6.836.761
PER/DCOMP – Pedidos Restituição e Compensação	1.180.445
Declaração da Pessoa Física	30.874.749
Declaração da Pessoa Jurídica	111.594
Sped – Escrituração Fiscal Digital	24.385.732
Outras Declarações	339.092
Total	80.095.691



Sistema Público de Escrituração Digital – Sped



Cobrança Administrativa Especial

Cobrança Administrativa Especial no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil

- Instituída em setembro de 2015
- Visa aprimorar os procedimentos de recuperação de créditos tributários e, conseqüentemente, promover o aumento e a sustentação da arrecadação dos tributos federais.
- Cobrança prioritária de contribuintes com dívidas superiores a R\$ 10 milhões
- Caso o contribuinte não regularizar os débitos cobrados, são aplicadas medidas coercitivas, como inscrição no CADIN, exclusão de benefícios fiscais, exclusão da empresa de parcelamentos especiais, comunicação a agências reguladoras e a bancos públicos para a revogação de concessões e permissões de serviços ou não liberação de créditos públicos, entre tantas outras.

Grupos Especiais de Garantia do Crédito Tributário

Há um grupo especial de garantia do crédito tributário em cada uma das dez Superintendências Regionais da RFB.

Utilizam tecnologia e sistemas desenvolvidos internamente para identificar patrimônio de devedores e responsáveis

Estas equipes identificam os maiores devedores e seus patrimônios e, sendo o caso, adotam procedimentos de arrolamento de bens e proposituras de cautelares fiscais

A partir do arrolamento de bens, há constantes procedimentos de acompanhamento patrimonial, para, eventualmente, propor à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a competente medida cautelar fiscal.

Grupos para Combate à Fraude à Cobrança

Estão sendo criados nos próximos sessenta dias **Grupos de Atuação Especial no Combate à Fraude à Cobrança Administrativa e à Execução Fiscal (GAEFIS)**, com atribuição para identificar, prevenir e reprimir fraudes fiscais que ponham em risco a recuperação de créditos tributários constituídos ou inscritos em Dívida Ativa da União (DAU).

Estes grupos de atuação estratégica serão integrados por Auditores-Fiscais da Receita Federal e por Procuradores da Fazenda Nacional

A atuação destes grupos levará em consideração os seguintes critérios:

- I - potencialidade lesiva da fraude com objetivo de frustrar a realização do crédito tributário devido;
- II - risco de ineficácia da cobrança ou da execução fiscal ordinárias do crédito tributário ou não tributário; e
- III - necessidade de adoção de medidas urgentes de constrição judicial para assegurar a efetividade da cobrança do crédito constituído.

Acompanhamento diferenciado de Grandes Contribuintes

A Receita Federal tem atuação especial em face de 9.500 grandes contribuintes (0,01% do total de contribuintes) que respondem por 61% da arrecadação global.

Objetivos do acompanhamento diferenciado dos maiores contribuintes:

- I - subsidiar a alta administração da RFB com informações tempestivas sobre o comportamento tributário dos maiores contribuintes;
- II - atuar próximo ao fato gerador da obrigação tributária;
- III - conhecer, de forma sistêmica, o comportamento econômico-tributário dos maiores contribuintes;
- IV - produzir análises sobre as variações negativas mais relevantes que resultem, ou possam resultar, em queda da arrecadação efetiva ou potencial;
- V - promover iniciativas de conformidade tributária junto aos maiores contribuintes, priorizando ações para autorregularização; e
- VI - encaminhar propostas de providências a serem executadas pelas áreas responsáveis por processos de trabalho específicos.

Atuações Especiais

Acompanhamento especial de setores sensíveis:

- Combustíveis
- Bebidas
- Cigarros

Grupos de atuação presencial com devedores

- Reunião de conformidade com foco em cobrança, de forma a buscar a regularização de débitos e evitar a formação do passivo tributário.

Medidas Persuasivas

- ➔ Acréscimos moratórios
- ➔ Prova de Regularidade Fiscal
- ➔ Inscrição em Cadastro de Inadimplente
- ➔ Arrolamento de bens e Direitos
- ➔ Proposição de Medida Cautelar Fiscal
- ➔ Acompanhamento de Grandes Contribuintes
- ➔ Baixa de Ofício no CNPJ
- ➔ Declaração de Inaptidão
- ➔ Multa por atraso na entrega de declarações

Medidas Coercitivas

- Exclusão de parcelamentos especiais
- Exclusão do Simples
- Representação fiscal para fins penas
 - crimes contra a ordem tributária
 - crimes contra a Previdência Social
 - crimes de apropriação indébita
- Aplicação de multa à empresas, seus diretores e demais membros de administração superior, caso a pessoa jurídica devedora faça distribuição de bônus e lucros a acionistas, sócios, diretores e demais dirigentes
- Arrolamento de bens para acompanhamento da evolução do patrimônio
- Comunicação às Agências Reguladoras para revogação da permissão, no caso de inadimplência tributária para com a União
- Comunicação a bancos públicos para não liberação de créditos oriundos de fundos públicos, repasses e financiamentos

Medidas Coercitivas

- Representação ao órgão da administração direta e indireta para rescisão de contrato celebrado
- Exclusão de benefícios e incentivos fiscais
- Em caso de débitos previdenciários, verificar eventual relação contratual do devedor com Estados e Municípios ou de concessão de benefício fiscal, representando para fins de rescisão contratual ou exclusão do benefício
- Bloqueio de FPM ou FPE do ente devedor
- Inclusão da empresa em Regime Especial de Fiscalização
- Encaminhamento do débito para fins de inscrição em Dívida Ativa da União e cobrança executiva

Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento - SUARA

Muito obrigado!